



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Fundamentos do Serviço Social)

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

O assistente social na política de educação ambiental: modos de intervenção e instrumentais técnicos-operativos

The social worker in the policy of environmental education: modes of intervention and instrumental technical-operative

João Domingos de L. Salvador¹
Mariléa Borges L. Salvador²

Resumo: O artigo aborda a mediação do Serviço Social na questão socioambiental, notadamente na política de educação ambiental; reconhecido espaço socio-ocupacional do assistente social, objetivando conhecer, nessa política pública, a operacionalidade desse exercício profissional. Edificada na pesquisa qualitativa participante, mediante procedimentos metodológicos da dialética marxista e instrumentais técnicos da observação participante e da entrevista semiestruturada, a análise revelou uma estreita relação entre os projetos capitalistas de desenvolvimento, meio ambiente e pobreza, demandando das políticas públicas de meio ambiente ações de educação ambiental como alternativa de intervenção interdisciplinar na questão socioambiental e, em cuja dinâmica operacional se insere o Serviço Social.

Palavras-chave: Educação ambiental; interdisciplinaridade; intervenção social; Serviço Social.

Abstract: The article discusses the mediation of Social Service in the socio-environmental issue, especially in environmental education policy; recognized socio-occupational space of the social worker, aiming to know, in this public policy, the operability of this professional exercise. Based on qualitative participant research, through methodological procedures of the Marxist dialectic and technical instruments of participant observation and semi-structured interview, the analysis revealed a close relationship between capitalist projects of development, environment and poverty, demanding from public environmental policies actions of environmental education as an alternative of interdisciplinary intervention in the socio-environmental issue, and in whose operational dynamics is inserted the Social Work.

Keywords: Environmental education; interdisciplinarity; social intervention; Social service.

¹ Assistente Social, Especista em Culturas e Histórias dos Povos Indígenas (UFT), joaonatu@gmail.com

² Assistente Social, Docente Adjunto II do Curso de Serviço Social/UFT, Doutora em Serviço Social/PUC-SP, mborges@uft.edu.br.



1 INTRODUÇÃO

Estamos na Amazônia Oriental, em pleno Cerrado. Lugar de imensas riquezas naturais, elementos vitais para o planeta Terra e por isso mesmo imensamente cobiçado pelas forças dominantes do capitalismo imperialista que tem colocado o Brasil sob a dependência de uma ordem social predadora e destruidora do meio ambiente amazônico e causadora de desastres ecológicos, resultados de contradições sociais, como aquelas materializadas pela superpopulação das cidades, escassez de produtos primários, falta de infraestrutura e de políticas sociais de proteção e recuperação das ideais condições de vida para as populações, isso além da exploração do trabalho e dos baixos salários que se operam nos rincões explorados pelo sistema capitalista próprio do Modo de Produção Capitalista (CASTRO, 2010; CASTRO, 2007; FIORELO, 2006).

Desastres ambientais que têm provocado impactos socioambientais de grandes prejuízos para as populações organizadas em torno da água e da terra, como é o caso das comunidades tradicionais, ribeirinhas, das florestas e daquelas que ocupam os territórios rurais agrícolas, existentes no Cerrado da Amazônia, que agora passam a conviver com a degradação e a acentuação da miséria no seu cotidiano social e a constante demanda das políticas ambientais.

Nessa realidade se insere o exercício profissional do Serviço Social e a práxis social do assistente social nas políticas públicas de Educação Ambiental, sobretudo nos impactos socioambientais enquanto expressão da questão social do atual momento, no Cerrado Amazônida contribuindo não apenas para a pesquisa acadêmica, mas também para as populações amazônidas prejudicadas, porque produzirá conhecimentos necessários sobre os possíveis investimentos no combate aos danos socioambientais executados nos tramites do desenvolvimento do capitalismo monopolista atual.

De posse da realidade concreta problematizada e do entendimento que as características do problema da pesquisa, suas questões norteadoras e seus objetivos mantêm-se num contexto de complexas relações sociais, obviamente, construídas pelos seus sujeitos envolvidos. Os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que perpassam tais relações e seus sujeitos demandam a construção de uma pesquisa focada numa perspectiva metodológica de abordagem qualitativa e participante, uma vez realizada no espaço socio-ocupacional do assistente social em atuação na política da Educação Ambiental.

As características dialéticas evidentes na defesa da pesquisa qualitativa, tais como a relação intrínseca entre o sujeito e o objeto, marcada pela historicidade, pela totalidade e, sobretudo, pela análise crítica mostram-na como o tipo de pesquisa que se



incorpora na teoria social crítica de tradição marxista aquela ancorada na análise da realidade concreta.

Seguindo os parâmetros dos fundamentos da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e suas orientações teórico-metodológicas e legais para o exercício do assistente social, a investigação objetivou conhecer o processo de trabalho do assistente social desenvolvido no cotidiano do espaço-ocupacional da política de Educação Ambiental e sua articulação com o referencial teórico crítico que embasa o projeto ético político da profissão. Realizada no órgão público responsável pela execução da política de meio ambiente, o espaço da Educação Ambiental foi a única estratégia de intervenção na questão socioambiental, encontrada pelos pesquisadores, que agrega assistentes sociais em seu quadro técnico-científico.

Sob estes parâmetros, durante ano de 2014 foram realizadas entrevistas não-diretivas com as assistentes sociais, lotadas na Coordenação de Educação Ambiental do referido órgão, que executa a política de Educação Ambiental; e observado de forma participante o cotidiano do trabalho profissional.

Seguindo a consolidação das informações prestadas pelas assistentes sociais envolvidas no processo de pesquisa, para além da observação participante que proporcionou espaço de acompanhamento, discussão e reflexão junto as profissionais, sobre a atuação profissional do assistente social no trabalho interdisciplinar da Coordenação de Educação Ambiental, apontamos a dinâmica operacional, ou mesmo, o agir profissional do assistente social na política de Educação Ambiental. Dessa forma, a educação ambiental é tratada neste artigo como política social e pública, espaço sócio-ocupacional do assistente social e como práxis social, política e educativa que resguarda a prática profissional do assistente social como educador ambiental, num processo de intervenção interdisciplinar.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTERVENÇÃO NO MARCO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Em sentido lato, a educação ambiental é uma prática educativa de socialização de conhecimentos e informações que contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes da questão ambiental e socioambiental, o que implica também a função de impulsionar mudanças de atitudes e motivação para agir em prol de sua solução (LOUREIRO, 2000; MELO, 2007).

A amplitude prático-teórica da educação ambiental é o que determina a sua transversalidade e a natureza de motivar, pela ação educativa, a consciência crítica em torno da questão ambiental como uma totalidade histórica, sociopolítica, econômica e



cultural, com a disposição de sensibilizar e despertar na sociedade a adoção de novos padrões de valores sociais de consumo e de trato com o meio ambiente.

Desta forma temos na educação ambiental uma práxis educativa com os objetivos de produzir conhecimentos; consciência crítica e sociopolítica; mudanças de atitudes; mudanças ideológicas; desenvolvimento de novas habilidades com o trato social, político e econômico da questão ambiental e produzir a participação plena e política dos sujeitos em sociedade.

Tais objetivos e sua natureza sociohistórica vão incidir diretamente na dimensão política da educação. Para Reigota (2009) a educação ambiental se faz uma educação política. Na medida em que se compromete com a garantia da cidadania a todos os setores da sociedade, procura extinguir as desigualdades sociais, fortalecer a autonomia, a liberdade de ação e o controle social da população a partir da participação política nas lutas pela vivência digna e constituída de direitos sociais a partir da coletiva da relação entre o homem e a natureza, fato explicado como “uma nova aliança (entre os seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que possibilite a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência e sobrevivência com dignidade” (REIGOTA, 2009, p. 14).

Desenvolvendo uma ética política e cultural de democratização dos meios de comunicação de massa, formando cidadãos e também valorizando a solidariedade, o respeito, a igualdade e as diversas manifestações culturais e etnias da sociedade em geral; a educação ambiental se desenvolve numa política social que tem atingido cada vez mais um número maior de pessoas, não apenas despertando o interesse pelo seu conhecimento e prática, mas também como sujeitos de aprendizagem sobre os devidos cuidados com o meio ambiente. (LOUREIRO, 2000; MELO, 2007; REIGOTA, 2009).

Analisando a interdependência entre a teoria social crítica e a questão ambiental na sociedade contemporânea, Loureiro (2000) apresenta elementos para reflexão da prática ambientalista e educativa, como forma de construção da cidadania ecológica e supressão da ausência de processos decisórios e participativos. Problemas provocados pela falta de consciência política crítica e de análise estrutural da sociedade capitalista, que a teoria social crítica pode solucionar, pois é a teoria capaz de oferecer as ferramentas para a busca das evidências entre capitalismo e ambientalismo, assim como para a implementação do projeto de emancipação humana diante das contradições sociais impostas pelo modo de produção capitalista na sua clássica relação entre o capital e o trabalho.

E na luta pela cidadania ecológica está a prática da educação ambiental com a prerrogativa de promover a formação da cidadania e valores éticos de conservação da vida humana em sua relação com a natureza. Através de um instrumental técnico subsidiado pelo diálogo, interdisciplinaridade, disciplina e desenvolvimento sustentável a educação



ambiental abarca uma diversidade de sujeitos que precisam e/ou necessitam aprender a proteger o meio ambiente (LEONARDI, 2002).

É a natureza crítico-social de viés democrático de orientação crítica, comprometido com a justiça social, intercultural e interdisciplinar que coloca a educação ambiental em parceria com o Serviço Social abrindo espaço profissional para o assistente social exercer sua atuação na política do meio ambiente. As possibilidades do engajamento do Serviço Social com a Educação Ambiental no exercício profissional do assistente social nas políticas sociais e públicas de meio ambiente (SILVA 2010; GOMEZ et al, 2007) começam pelo fato de a Educação Ambiental faz sua execução no bojo das metodologias participativas e seus instrumentais técnicos. De caráter interdisciplinar, totalmente imbuída do ideário ecológico (CARVALHO, 2008) esta é a prática educativa desenvolvida pelo educador ambiental, o profissional qualificado e habilitado para intervir nos desafios contemporâneos que residem nas relações estabelecidas entre o homem e a natureza e demandam um novo projeto societário.

No entanto a prática cotidiana da educação ambiental se faz pelas atividades socioeducativas de forma a permitir a exploração de múltiplas formas de expressão e comunicação do conhecimento. Assim, através de palestras, oficinas, trabalhos com desenhos, recorte e colagem, dramatização, exibição de vídeos, excursões, jornal mural, grupo de estudo e dinâmicas grupais. Enfim, o repertório didático da Educação Ambiental é extenso e “deve estar presente em todos os espaços de convivência, e, principalmente, naqueles que educam os cidadãos” (MELO, 2007, p. 18).

Autenticada pela Lei 9.795 de 27/04/1999 – a Política Nacional de Educação Ambiental, (BRASIL 1999), a Educação Ambiental se fundamenta nos processos de participação social enfatizando “a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo, pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida” (LOUREIRO, 2004, p. 81).

Nessa perspectiva transformadora, atua o educador ambiental de forma interdisciplinar com o compromisso de desenvolver ação política e democrática em direção a instrumentalização dos sujeitos sociais, fortalecendo-os para combater “as formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade em sua totalidade” (LOUREIRO, 2004, p.67).

Vale ressaltar o alinhamento entre as diretrizes, natureza sociopolítica e perspectiva transformadora da sociabilidade capitalista com o Projeto Ético político do Serviço Social. Colocando a Educação Ambiental e o Serviço Social como “duas orientações políticas e tendem, inevitavelmente, a se complementar” (REIGOTA, 2007, p. 7).



A compreensão de que a Educação Ambiental e o Serviço Social estão intimamente relacionados parte do pressuposto de que a conjuntura está constituída da questão socioambiental como manifestação da questão social de orientação interdisciplinar, que exige a atuação de vários profissionais em unidades de ações que se voltam para um único objetivo: a transformação da realidade social. E nesse aspecto é o assistente social o profissional habilitado para atuar na questão social (IAMAMOTO, 2008).

Por outro lado, as transformações sociais atuais têm exigido novos processos de intervenção, o que leva a educação ambiental a fazer parceria com o Serviço Social como a profissão dos “agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas” (IAMAMOTO, 2008, p. 20).

Na política de Educação Ambiental o Assistente Social exerce a função de educador e tem sua prática constituída pela ação socioeducativa, haja vista que a educação ambiental se encontra nas demandas socioeducacionais que requer tratamento imediato e ações inovadoras, inserindo-se nelas aquelas desenvolvidas pelo Serviço Social. Assim, tanto o Serviço Social como a Educação Ambiental atuam nos rebatimentos das manifestações da questão social, oriundos da questão ambiental. Neste caso, através da intervenção nas políticas sociais socioambientais, na perspectiva da garantia de direitos de cidadania, evidenciando que a educação ambiental prevê uma prática que se ajusta ao Projeto Ético-político do Serviço Social, consciente de que este “está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe” (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p.189), notadamente como um processo interdisciplinar.

Partindo do princípio que a interdisciplinaridade é uma estratégia pedagógica comprometida com os processos de transformação social, embasada na unidade da pluralidade do conhecimento, que se constitui numa ação política de grande valor para o desenvolvimento das políticas sociais e públicas (SÁ; 2002; SEVERINO, 2002). A prática social interdisciplinar se faz fundamentada na unidade do saber, onde a realidade é observada como um contexto heterogêneo e diversificado. Nesse aspecto a interdisciplinaridade é uma estratégia de busca da totalidade possível do conhecimento, que se encontra diversificada em várias faces, nas diversas disciplinas e métodos de intervenção na realidade social, haja vista que na educação ambiental a interdisciplinaridade obedece ao pressuposto “de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas” (SEVERINO, 2002, p.20).



Orientado por esse pressuposto, o trabalho teórico e operacional da equipe de profissionais pesquisados se desenvolve a educação ambiental de forma interdisciplinar. No que diz respeito à atuação do Serviço Social, a assistente social explica que:

O Assistente Social na Coordenadoria de Educação Ambiental executa quase as mesmas atividades que os demais profissionais, sendo algumas ações específicas que necessita de maiores orientações como a biologia, engenharia ambiental são realizadas juntamente com esses profissionais, como por exemplo ações ligadas a licenciamento de aterro sanitário. Já no licenciamento ambiental, é o assistente social que emite o parecer socioeconômico na emissão de licença de empreendimento de grande porte, como Usinas Hidrelétricas, Barragens, dentre outras. (ASSISTENTE SOCIAL).

Assim, no trabalho da educação ambiental não existe uma ação exclusiva do Serviço Social. À exceção das solicitações institucionais que chegam ao assistente social para responder diante de situações que envolvem claras manifestações da questão social, sobretudo como impactos socioambientais, as assistentes sociais informam que “as assistentes sociais comparecem com atividades fins do Serviço Social tais como pareceres técnicos e aplicação de questionários socioeconômicos necessitando da atuação do assistente social”.

A priori, nessa perspectiva de uma prática eminentemente participativa está pautado que a ação do Serviço Social na prática interdisciplinar não significa uma ruptura no sistema teórico-metodológico do Serviço Social. Ao contrário, demonstra a capacidade da profissão de fazer o salto desafiador de alcançar a totalidade possível no processo de intervenção que se põe para a educação ambiental.

Assim, compreendendo a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, que o assistente social se apropria, mesmo numa equipe multidisciplinar, ele ressalta enfaticamente que:

O trabalho do assistente social é de fundamental importância na equipe, devido algumas atribuições que são privativas do assistente social, muito embora essas atribuições não estejam definidas na atuação do assistente social na educação ambiental. (ASSISTENTE SOCIAL).

No trabalho interdisciplinar, as atribuições privativas do assistente social são executadas de forma velada nos meandros da interdisciplinaridade da educação ambiental, porque nessa modalidade de intervenção social, os vários conhecimentos se constituem um único corpo teórico-prático aberto a inovações e recursos metodológicos, com capacidade dialógica de equacionar dados de realidade, associando valores de garantia de direitos, próprios das políticas públicas. Ou melhor, o objetivo do trabalho é único, enquanto os profissionais são múltiplos. Por isso, cabe esclarecer que na interdisciplinaridade temos um processo de trabalho interdisciplinar, notadamente realizado por uma equipe multidisciplinar.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

Contudo, observadas a natureza do agir profissional do assistente social na política da Educação Ambiental, precisamos compreender como está sendo proposta essa política pública ambiental, pelo Estado, sobretudo, e quais são as ações propostas para a equipe técnica multidisciplinar e, como atua o assistente social no trabalho interdisciplinar desenvolvido.

Assistentes sociais esclarecem, ainda, que as políticas públicas ambientais, de modo geral no Brasil:

São desenvolvidas através de câmaras técnicas propostas aos Estados e depois discutidas. São feitas audiências públicas ou consultas regionais e com as devidas alterações propostas o governo sanciona a legislação pertinente. Outras são criadas através de propostas vindas pelas demandas da comunidade. Neste sentido, o governo do Estado do Tocantins cumpre a legislação federal que dará base para a formulação das políticas estaduais de acordo com a realidade regional. (ASSISTENTE SOCIAL).

Vale ressaltar que a operacionalização da Educação Ambiental está prevista no Plano Plurianual do Estado 2012/2015 que a delinea como uma prática educativa:

Alinhada à missão do órgão, concentra sua atuação no desenvolvimento socioambiental na busca uma economia ambientalmente sustentável e na sensibilização das comunidades para a manutenção e conservação do patrimônio natural com foco na perenidade da vida de todos os seres na terra. (NATURATINS, s.d, p. 01).

No seu discurso propagandista, o Estado coloca a educação ambiental como a política que desenvolve projetos junto as comunidades e as unidades de conservação estaduais, cumprindo a missão de suprir as principais necessidades socioambientais das áreas urbanas e rurais do Tocantins através da operacionalização de sete projetos, quais sejam:

- 1 – Fórum do Lixo e Cidadania – FELC
- 2 – Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
- 3 – Agenda Ambiental Pública do Naturatins – A2N
- 4 – Protocolo do Fogo
- 5 – Oficina Ambiente-se
- 6 – Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA
- 7 – Projeto de Educação Ambiental para Comunidades Tradicionais. (NATURATINS, s.d, p. 02 – 04).

Nos sete projetos educativos-ambientais, o assistente social participa com a equipe da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental, fazendo atendimento ao entorno das unidades de conservação que são executados pelo Naturatins de acordo com o que está previsto no PPA- Plano Plurianual do Estado 2012/2015.

No Fórum do Lixo e Cidadania, se apoia os municípios no suporte de capacitar e integrar as instituições públicas e privadas, bem como todos os segmentos organizados da sociedade local para uma ampla discussão acerca dos problemas gerados com a produção



e o manejo dos resíduos sólidos e também fomentar a coleta seletiva, assim como colaborar na organização dos catadores de materiais recicláveis nos municípios (NATURATINS, s.d., 2012).

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P se propõe promover a sensibilização dos servidores públicos quanto ao combate do desperdício de recursos naturais, materiais de expediente e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (NATURATINS, s.d., 2012).

A Agenda Ambiental Pública do Naturatins – A2N segue a concepção da A3P, uma iniciativa do Governo Federal. Propõe uma gestão inovadora rumo à sustentabilidade institucional, onde os gestores e servidores são estimulados a buscar alternativas ecologicamente corretas e eficientes, que possam minimizar os impactos negativos ao meio ambiente. Desenvolvido nas suas unidades de conservação e nas agências regionais por meio de ações que possibilitem o despertar da consciência ambiental no uso racional dos recursos naturais através de atividades sensibilizatórias que combatam os desperdícios de materiais de expediente, proporcionem a melhoria das relações interpessoais, a qualidade de vida e a mudança de paradigmas nas rotinas diárias, conduzindo, assim, a uma economicidade ambiental dentro das estruturas físicas do órgão e se refletindo fora dele (NATURATINS, s.d., 2012).

O Protocolo do Fogo, tem como objetivo implantar Protocolos Municipais de Prevenção e Controle do Uso do Fogo nos municípios tocantinenses. Através de mobilização popular nos municípios, o Protocolo visa reunir as instituições organizadas a se comprometerem no desenvolvimento de ações sustentáveis tendo em vista a redução significativa de impactos gerados pelo uso indiscriminado do fogo. Negocia e estabelece acordos entre os diversos atores sociais do município, obtendo significativos resultados na redução dos focos de incêndios/queimadas, tendo respaldo no decreto estadual nº 649/98, que institui o Comitê Estadual de Prevenção, Controle às Queimadas e Incêndios Florestais, cuja meta é encontrar uma estratégia de ação para atuar efetivamente na problemática das queimadas (NATURATINS, s.d., 2012).

A Oficina Ambiente-se. Programa que objetiva a formação de multiplicadores ambientais locais com perfil de reeditores de conhecimento de planos de ação em educação ambiental nos municípios (NATURATINS, s.d., 2012).

O Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA é uma iniciativa que propõe a instruir e educar o poder público nos municípios para o desenvolvimento da gestão ambiental local (NATURATINS, s.d., 2012).

O Projeto de Educação Ambiental para Comunidades Tradicionais, identifica problemas ambientais em comunidades tradicionais e estuda soluções, levando a



implantação de práticas sustentáveis, seja pelo resgate de conhecimento tradicional, ou pela mudança de hábitos adquiridos que possam prejudicar os recursos naturais. (NATURATINS, s.d., 2012).

Nesse contexto, se insere o assistente social, compondo uma equipe interdisciplinar de nove profissionais, sendo: dois assistentes sociais; cinco Pedagogos; um Geógrafo e um Turismólogo. Juntos, a equipe da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental fazem a gestão da Política Estadual de Educação Socioambiental do Estado do Tocantins, obedecendo as Diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

3 O ASSISTENTE SOCIAL AGINDO EM CONEXÃO COM O PROJETO PROFISSIONAL

Os Assistentes Sociais da instituição fazem questão de informar que os profissionais do Serviço Social

seguem as diretrizes políticas do órgão buscando conhecer a realidade das pessoas que são atendidas pelo Naturatins, refletindo com as mesmas sua situação em relação ao meio ambiente, qualidade de vida através da troca de saberes para transformação da sua mudança de comportamento. (ASSISTENTE SOCIAL).

No campo da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, a profissão exige garantir que as incursões técnico-profissionais e ético-políticas presentes no Projeto ético-político profissional, estejam manifestas na prática profissional do assistente social, independente do espaço socio-ocupacional que ocupe o profissional.

Considerando as exigências ético-políticas da profissão procuramos observar como o fazer profissional atua segundo as diretrizes prescritas na Lei de Regulamentação da profissão, principalmente como forma de garantir a prática de atribuições privativas e a não sujeição a atividades que se enquadrem nos marcos regulatórios da profissão.

Determinadas na Lei 8662/93 – a Lei de Regulamentação do Serviço Social, que “dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências” (CRESS, 6ª Região, 2005, p.8), as atribuições privativas do assistente social são as ações específicas do assistente social desenvolvidas nas dinâmicas institucionais e organizacionais que legitimam o agir profissional em seu campo de atuação. E no texto da Lei estão redigidas na seguinte forma:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do Serviço Social;
- II – Planejar, organizar e administrar programas e projetos e Unidade de Serviço Social;



- III – Assessoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V – Assumir, no magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI – Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII – Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII – Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX – Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X – Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI – Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII – Dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas;
- XIII – Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CRESS, 2005, p. 9–10).

E na esteira das atribuições privativas do assistente social como o fio condutor da sua prática profissional; procurando responder o que faz o assistente social na Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento Socioambiental da Naturatins, os referidos profissionais apresentaram várias explicações:

1. “A ação profissional se dá no planejamento e execução de políticas socioambientais específicas, viabilizadas nas atividades e projetos prestados nas comunidades, sendo pautada no Código de Ética da Profissão; Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8662 de 07/07/93), nos Princípios e Diretrizes das Leis: 8080 de 19.09.1990, 8142 de 28.12.1990 (SUS) e 8.742 de 07.12.1993 (LOAS).”
2. “O Assistente Social atua nessa equipe interdisciplinar contribuindo na execução das Políticas Ambientais do Estado do Tocantins, onde atuam coletivamente na gestão ambiental, especificamente, na Educação Ambiental. As atividades são voltadas sempre, para os direitos dos sujeitos em relação ao meio ambiente equilibrado. Essas atividades são desenvolvidas através de oficinas educativas, palestras de sensibilização, mobilização social, seminários, fóruns de debate, Minicursos, campanhas educativas, blitz educativas, entre outras”.
3. “O trabalho é desenvolvido com todos os seguimentos sociais, de acordo com a atividade a ser desenvolvida é verificado o público para poder aplicar a melhor estratégia e metodologia de ação, no caso, não existe um público específico”. (ASSISTENTE SOCIAL).

Para além do diálogo com as assistentes sociais pesquisadas e da escuta e registro de seus relatos, a observação participante do cotidiano do trabalho desenvolvido pelas profissionais oportunizou mais descobertas sobre o processo de trabalho do Serviço Social na política da Educação Ambiental.

Ponderando sobre outros esclarecimentos das assistentes sociais participantes da pesquisa foi possível observar que a atuação do assistente social na política de Educação Ambiental se resume em: orientação social a comunidades, grupos e à indivíduos; assessoria e apoio às associações e movimentos sociais em relação às políticas



ambientais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e ambientais da coletividade; elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas ambientais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares e elaboração de pareceres técnicos.

Nesse sentido, o Serviço Social se legitima na realização da gestão das ações oferecidas pelas políticas institucionais, sempre atuando propositivamente, na realidade local e regional, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos usuários. Assim como procurando garantir os postulados éticos-políticos da profissão sem perder de vista também o compromisso com as demandas e condição social dos beneficiários, conforme nos relata, que “nesse conjunto de ações e compromissos, a atuação do assistente social na educação ambiental, se localiza na abordagem grupal, embasada pela abordagem teórica da política social e da cidadania como condição necessária ao sujeito social”. E nesse processo de operacionalidade das ações “os instrumentais mais utilizados pelo assistente social na Coordenadoria de Educação socioambiental são: Pareceres Técnicos e Relatório de Atividades referentes à execução das mesmas”.

Refletindo sobre as mediações históricas, sociais e ideopolíticas que atravessam a prática profissional interdisciplinar do Serviço Social na Educação Ambiental desenvolvida no contexto institucional pesquisado e os possíveis rebatimentos na sociedade, observamos claramente que apesar de todos os esforços da equipe dos Educadores Ambientais, nessa equipe, as assistentes sociais fazem um grande esforço profissional para atingir os objetivos propostos no plano de trabalho. Porém, mesmo evidenciando grande esforço metodológico, não conseguem bons resultados na execução dos programas e projetos, devido à falta de recursos, tantos materiais/financeiros, quanto humanos, para que se forme uma grande equipe de educadores sociais ambientais.

Da mesma forma, a Instituição não prioriza a processualidade da Educação Ambiental prevista no Plano Plurianual do Estado do Tocantins 2012/2015, haja vista, que no Estado e seus 139 municípios, somente cerca de cinquenta são cadastrados no órgão estatal de política ambiental. Isso significa dizer, que há insuficiente, ou nenhum esforço por parte do Estado em articular com os poderes públicos dos municípios o engajamento dos mesmos junto aos programas e projetos de educação ambiental do Estado. Por outro lado, explicam os assistentes sociais, que os municípios atendidos somam menos de 50% do total de compõe o Estado, mas além disso as maiores dificuldades vivenciadas no cotidiano do exercício profissional na área de educação ambiental estão em torno de outros fatos, sendo eles:

Apoio logístico insuficiente para atender as demandas em campo; demora no pagamento de recursos para custear as despesas técnicas; capacitação insuficiente



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

para os técnicos poderem desempenhar melhor suas atribuições e material educativo insuficiente para atender as demandas solicitadas. (ASSISTENTE SOCIAL).

Para melhorar a qualidade dos serviços institucionais prestados às comunidades impactadas, as assistentes sociais da equipe de educação ambiental do Estado do Tocantins são categóricas em avaliar que é preciso:

Cumprir de forma efetiva a legislação em vigor; dar mais apoio as comunidades impactadas por grandes empreendimentos; divulgar mais a legislação ambiental através da garantia, com ações eficazes, dos direitos e deveres em relação ao meio ambiente; disponibilizar recursos financeiros para atender as demandas e, elaborar e distribuir materiais educativos específicos para cada comunidade. (ASSISTENTE SOCIAL).

Sobreposto, observamos que alguns autores dedicados a escrever sobre políticas sociais, em seus textos, deixam claro que a política social favorece tanto ao Estado, quanto, os usuários desta política. Em se tratando da política ambiental, enquanto política social e pública, essa afirmação é contraditória; pois quando a política social não intervém nas expressões da questão social e não enfrenta os impactos socioambientais, automaticamente favorece exclusivamente o Capital. Esse fato fica visível quando milhares de impactados, desassistidos das políticas sociais, passam a viver a margem da sua própria pobreza, abandonados, como se não existissem.

Nesse sentido, percebe-se que os grandes empreendimentos, como as barragens\hidrelétricas, por exemplo, investem minimamente nos impactos socioambientais, deixando a parte maior desses impactos, para o Estado. E este, por sua vez, também investe minimamente em programas e projetos sociais, não alcançando quem mais necessita.

4 CONCLUSÃO

Entendendo a Educação Ambiental e o Serviço Social como duas orientações políticas que se complementam de forma multidisciplinar. A primeira como ação política de meio ambiente e espaço socio-ocupacional do assistente social e a segunda como práxis socioeducativa, com suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, alinhadas a direção transformadora da sociabilidade capitalista e seus crimes ambientais, conforme dita seu Projeto Ético-político Profissional, observamos os assistentes sociais, atuando como educadores ambientais, com prática constituída pela ação socioeducativa nas manifestações da questão socioambiental, em cujo agir profissional encaminha um trabalho interdisciplinar que prevê de forma esporádica e, muitas vezes,



isolada do processo interdisciplinar, uma abordagem com instrumentais técnicos-operativos privativos do assistente social, sem, contudo, resguardar o espaço da dinâmica operativa específica da profissão.

Essa limitação nos leva a conclusão final de que o agir profissional do assistente social na educação ambiental ainda está velado nos meandros de uma interdisciplinaridade operacionalizada na multidisciplinaridade do conhecimento da equipe de intervenção que não abre espaço para ações específicas do assistente social, mesmo que a realidade trabalhada as exija; fato que impõe a necessidade de se intensificar o debate sobre a atuação profissional do assistente social no trabalho interdisciplinar da Educação Ambiental. Por fim, questiona-se se esse obscurantismo da operacionalidade do Serviço Social na Educação Ambiental faz parte da orientação política que o Estado reserva, via instrução institucional, para a execução da política da Educação Ambiental e seus agentes interventores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. C. M. A Educação Ambiental no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a distância. TV Escola. **Salto para o futuro** – Educação Ambiental no Brasil. Brasília, 2008.

CASTRO, Edna. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Santarém: UNIFOP, 2010. Mimeo.

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. **Amazônia: soberania e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Confea, 2007 (Pensar Brasil).

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 6ª REGIÃO MINAS GERAIS. **Coletânea de LEIS**. Belo Horizonte, 2005.

FIORELO, Picoli. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GÓMEZ, J.A.D.; et al (Orgs). **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEONARDI, M.L.A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental transformadora. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Philippe Pomier Layrargues (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

LOUREIRO, C.F.B. Teoria Social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

MELO, G.P. **Educação Ambiental para professores e outros multiplicadores**. João Pessoa: Superintendência do IBAMA na Paraíba, 2007.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção primeiros passos, 292).

REIGOTA, M. Prefácio. In: GÓMEZ, J.A.D.; et al (Orgs.). **Serviço Social e meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁ, J.L.M. (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A. J. Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, J.L.M. (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M.G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TOCANTINS (Estado). Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). **Educação Ambiental**. Palmas: Tocantins, 2012.